

PCHPAR - PCH PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 07.628.569/0001-45

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2025

Segue abaixo tabela apresentando a síntese dos indicadores internos da Companhia em atendimento ao dispositivo legal, relativos aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025:

Sexo dos Colaboradores	Conselho de Administração				Diretoria			
	Quantidade	%	Remuneração Fixa (%)	Remuneração Variável (%)	Quantidade	%	Remuneração Fixa (%)	Remuneração Variável (%)
Mulheres	0	0%	0%	0%	0	0%	0%	0%
Homens	0	0%	0%	0%	2	100%	100%	0%
Total	0	0%	0%	0%	2	100%	100%	0%

GERAÇÃO DE ENERGIA - O parque gerador do Grupo PCHPAR PCH – composto por 13 Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”) – foi responsável, no exercício de 2025, pela geração de 1.066.221,16 MWh, 11,9% inferior ao verificado no ano de 2024 (1.211.522,18 MWh), devido, principalmente, ao regime hidrológico peculiar. No que se refere à disponibilidade média consolidada das PCHs, em 2025, o indicador interno atingiu o valor de 98,87%, frente aos 99,00% de 2024.

COMERCIALIZAÇÃO - A energia gerada no âmbito do PROINFA em 2025, foi de 191,01 MWh/mês. No momento, a Companhia possui as condições, de mérito ou liminar, em favor de todas as subsidiárias, impedindo as redes de garantia física decorrentes da aplicação do art. 6º, incisos I e II, da Portaria MME 463/2009. Com isso, todas as PCHs preservam suas garantias físicas nos montantes originais. Em paralelo ao processo judicial, nos termos da Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão retromencionado, tendo sido criado pelo MME grupo de trabalho para propor o aprimoramento da metodologia de cálculo e revisão garantida física.

O faturamento Bruto do exercício de 2025 foi de R\$ 754 milhões, superior em 3,99% ao apurado no exercício de 2024 (R\$ 730 milhões), devido, principalmente, (i) à redução do preço de comercialização em 0,34% (maio/2024), com impacto nos primeiros cinco meses no exercício de 2025, e (ii) ao aumento do preço em R\$ 702M (maio/2025) com reflexo nos meses subsequentes, conforme contrato de atualização monetária (CPM) previsto nos contratos do PROINFA.

REPAUCUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO As empresas do Grupo PCHPAR PCH aderiram à repacuação do risco hidrológico, nos termos da Lei nº 13.203/2015 e Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao Consumidor. Em contrapartida, está sendo recolhido o prêmio de R\$ 95,00/MMWh (data base janeiro/15, anualmente atualizado pelo IPCA).

SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL - Em 2025, a segurança e saúde ocupacional seguiu, como prioridade da companhia, zelando pela segurança e qualidade do ambiente de trabalho.

MIO AMBIENTE - O Grupo PCHPAR PCH segue implementando todos os Programas Ambientais previstos nos processos de licenciamento. Em 2025, foram aplicados aproximadamente R\$ 6,26 milhões (2024: R\$ 5,55 milhões) em atividades e serviços relacionados ao Meio Ambiente, com ênfase na forma direta para a preservação do entorno dos empreendimentos e ampliação do conhecimento científico nas regiões das usinas, bem como para integração da companhia com o meio ambiente e as comunidades locais.

SEGUROS - A Companhia mantém a contratação de seguro para suas operações. Os valores segurados, têm por base o laudo de avaliação dos ativos emitido por terceiro independente.

RESULTADO DO EXERCÍCIO - Em 2025, a PCHPAR PCH apurou Lucro Líquido no montante de R\$ 538 milhões, superior, portanto, em 9,31% quando comparado ao registro ao final do exercício anterior (R\$ 492 milhões), devido, principalmente ao aumento do faturamento no âmbito dos contratos do PROINFA, à migração de regime tributário de controlada indireta com a consequente queda (R\$ 11 milhões) dos montantes apurados a título de imposto de renda e contribuição social.

OPORTUNIDADE - Em observância ao disposto no art. 133, parágrafo 6º, da Lei nº 4.041/1976 (Lei das Sociiedades Anônimas”), conforme alterada pela Lei nº 15.177/2025, a Companhia informa que tem por premissa a equidade entre os membros da administração, comprometendo-se a assegurar igualdade de condições e oportunidades, em prol do respeito à individualidade e meritocracia. Cumpre ressaltar que a Companhia não possui funcionários controlados de forma direta e que as informações relativas à remuneração fixa e variável contemplam apenas os valores pagos diretamente pela Companhia.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)					
ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
ATIVOS CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	-	42.955	57.859
Ativos financeiros					
Contas a receber de clientes	10	11	5	11.281	1.596
Dividendos a receber	12	66.914	107.927	82.151	182.650
Impostos a recuperar				5.929	5.270
Despesas antecipadas				4.423	4.572
Outros ativos circulantes				371	306
Total dos ativos circulantes				66.925	107.932
				(64.500)	(36.763)
ATIVOS NÃO CIRCULANTES					
Impostos e contribuições diferidos				520	396
Impostos a recuperar		209	209	209	209
Depósitos judiciais	11	-	-	17.363	15.500
Outros bens não circulantes				1.563	287
Investimentos em controladas	12	924.024	891.488	-	-
Imobilizado	14	-	-	900.756	927.638
Intangível	15	-	-	13.792	20.761
Total dos ativos não circulantes				924.233	891.697
				(934.203)	(964.791)
TOTAL DOS ATIVOS				991.158	999.629
				(1.081.313)	(1.217.424)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	Reservas de lucros				
	Capital social	Reserva legal	Reserva lucros	Dividendos	Patrimônio líquido
Dividendos adicionais distribuídos referente a 2023 (R\$ 0,67 por ação)					20
Dividendos adicionais distribuídos referente a 2024 (R\$ 0,34 por ação)					20
Destinações:					20
Dividendos declarados imputado ao mínimo obrigatório (R\$ 0,33 por ação)					(122,970)
Dividendos declarados adicional (R\$ 0,34 por ação)					(129,152)
Dividendos adicionais propostos (R\$ 0,63 por ação)					239,756
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	490,075	98,015	239,756	239,756	827,846
Dividendos adicionais distribuídos referente a 2024 (R\$ 0,63 por ação)					(239,756)
Dividendos adicionais distribuídos referente a 2025 (R\$ 0,63 por ação)					20
Destinações:					20
Dividendos declarados imputado ao mínimo obrigatório (R\$ 0,36 por ação)					(134,421)
Dividendos declarados adicional (R\$ 0,35 por ação)					(131,346)
Dividendos adicionais propostos (R\$ 0,72 por ação)					271,916
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	490,075	98,015	271,916	271,916	860,006

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Valores expressos em milhares de reais - R\$. exceto se de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A PCHPAR - PCH PARTICIPAÇÕES S.A. (“Companhia”, “Controladora” ou “PCHPAR”), constituída em 22 de fevereiro de 2005, como sociedade anônima de capital fechado, iniciou suas operações em 4 de abril de 2006, participando com 100% de 13 Sociedades de Propósito específico (“SPES”) titulares, respectivamente, de Autorizações de emissão da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) para exploração de 13 Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”) com potência instalada de 291,5 MW, tendo sido criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas centralizadamente. Desde então, aguarda-se a disponibilização da proposta de nova metodologia, em Consulta Pública e sua instauração pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia tem por objeto a implementação de pequenas centrais hidrelétricas, seja diretamente ou indiretamente, bem como toda e qualquer atividade que seja relacionada à administração, construção, planejamento, operação e manutenção de pequenas centrais hidrelétricas e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de pequenas centrais hidrelétricas.

As SPES estão inscritas e contratadas no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”), tendo firmado Contratos de Compra e Venda da totalidade da Energia (“CCVEs”) por elas gerada, pelo prazo de 20 anos, contados do início de sua operação comercial. Ressalta-se que, em 7 de junho de 2023, a Eletrobras celebrou tais contratos à Empresa Brasileira de Energias em Energia Nuclear e Biorrenew S.A. (“ENBR”), em cumprimento ao previsto na Lei nº 14.182/2021 que dispõe acerca da desestatização da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobras”), originalmente signatária dos CCVEs.

Em 7 de julho de 2025, foi publicada no Diário Oficial da União a promulgação da Lei nº 15.097/2025, diploma que promove alterações relevantes na Lei nº 14.182/2021, em especial no que tange à prorrogação dos contratos vinculados ao PROINFA, que poderão ser prorrogados por 20 (vinte) anos, contados a partir da data de vencimento dos contratos atuais.

A Administração manifestou o interesse na prorrogação dos CCVEs PROINFA. A assinatura dos aditivos contratuais deverá ocorrer até o dia 31 de março de 2026, conforme Decreto nº 12.834, de 25 de janeiro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou o balanço patrimonial da Controladora, capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 64.500 (R\$ 63.678 em 31 de dezembro de 2024) e no balanço patrimonial consolidado, o capital circulante líquido negativo de R\$ 14,54 MM (R\$ 30.182 em 31 de dezembro de 2024). A Administração entende que não é necessário restabelecer o montante operacional, visto que o fluxo de caixa das receitas é estável e abrangido a partir da comercialização da energia no âmbito do PROINFA, sendo suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia.

A seguir breves sumários informativos das 13 PCHs. As informações acerca da capacidade instalada e da capacidade de geração da PCHPAR não foram examinadas pelos auditores independentes.

1.1. Santa Fé Energética S.A. (“Santa Fé”)

A PCH Santa Fé está localizada no Rio Guanhães, no Município de Dores de Guanhães (MG), com capacidade instalada de 22,5 MW e garantia física definida nos bônus dos geradores de 14,54 MMWh. Iniciou sua operação comercial em 9 de maio de 2008 e o término de sua autorização se dará em 23 de junho de 2041, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

A PCH ingressou com ação judicial contra a União questionando o mecanismo de revisão de garantia física previsto na Portaria MME nº 463/2009, tendo obtido, em 23 de novembro de 2015, decisão judicial restabelecendo o montante original de sua garantia física, operacionalizada por meio da Portaria SPE/MME nº 383/2015, retornando em 13 de 09 MMWh/mês para seu valor original (14,54 MMWh/mês). Outrossim, conforme Portaria MME nº 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física, tendo sido criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas centralizadamente. Desde então, aguarda-se a disponibilização da proposta de nova metodologia, em Consulta Pública e sua instauração pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

1.2. São Joaquim Energia S.A. (“São Joaquim”)

A PCH São Joaquim está localizada no rio Benevente, no Município de Alfredo Chaves (ES), com capacidade instalada de 21 MW e garantia física definida nos bônus dos geradores de 12,28 MMWh/mês. Iniciou sua operação comercial em 17 de abril de 2008 e o término de sua autorização se dará em 12 de outubro de 2041, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

1.3. Santa Fé Energética S.A. (“Santa Fé”)

A PCH Santa Fé está localizada no Parauluna, no Município de Três Rios (RJ), com capacidade instalada de 30 MW e garantia física definida nos bônus dos geradores de 26,10 MMWh/mês. Iniciou sua operação comercial em 9 de maio de 2008 e o término de sua autorização se dará em 14 de novembro de 2041, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

1.4. Carangola Energia S.A. (“Carangola”)

A PCH Carangola está localizada em Carangola, no Município de Carangola (MG), com capacidade instalada de 15 MW e garantia física definida nos bônus dos geradores de 9,57 MMWh/mês. Iniciou sua operação comercial em 25 de junho de 2008 e o término de sua autorização se dará em 13 de janeiro de 2042, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

1.5. Bonfante Energia S.A. (“Bonfante”)

A PCH Bonfante está localizada no rio Parauluna, no município de Simão Pereira (MG), com capacidade instalada de 19 MW e garantia física definida nos bônus dos geradores de 13,48 MMWh/mês. Iniciou sua operação comercial em 7 de agosto de 2008 e o término de sua autorização se dará em 6 de maio de 2042, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

A Associação Brasileira de Geração de Energia Limpas (“ABRAGEL”) ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME nº 463/2009 e obtve decisão liminar restabelecendo o montante original da garantia física do empreendimento, operacionalizada por meio da Portaria SPE/MME nº 267/2015, que retornou de 2,36 para o seu valor original (2,61 MMWh/mês). Outrossim, nos termos da Portaria MME nº 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física, tendo sido criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas centralizadamente. Desde então, aguarda-se a disponibilização da proposta de nova metodologia, em Consulta Pública e sua instauração pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

1.6. Irara Energia S.A. (“Irara”)

A PCH Irara está localizada no rio Doce, no Município de Iatá (GO), com capacidade instalada de 30 MW e garantia física definida nos bônus dos geradores de 18,21 MMWh/mês. Iniciou sua operação comercial em 17 de fevereiro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 7 de abril de 2042, Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.667/2025.

1.7. Calheiros Energia S.A. (“Calheiros”)

A PCH Calheiros está localizada no rio Itabaipora, no Município de Bom Jesus do Itabaipora (RJ), com capacidade instalada de 19,5 MW e garantia física definida nos bônus dos geradores de 12,28 MMWh/mês. Iniciou sua operação comercial em 12 de setembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 9 de maio de 2042, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.667/2025.

1.8. Caparão Energia S.A. (“Caparão” ou “Fumaça”)

A PCH Fumaça V está localizada no rio Preto, no Município de Dores do Rio Preto (ES), com capacidade instalada de 4,5 MW e garantia física definida nos bônus dos geradores de 2,61 MMWh/mês. Iniciou sua operação comercial em 30 de dezembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 15 de outubro de 2042, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.667/2025.

1.9. ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME nº 463/2009 e obtve decisão liminar restabelecendo o montante original da garantia física do empreendimento, operacionalizada por meio da Portaria SPE/MME nº 267/2015, que retornou de 2,36 para o seu valor original (2,61 MMWh/mês). Outrossim, nos termos da Portaria MME nº 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física, tendo sido criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas centralizadamente. Desde então, aguarda-se a disponibilização da proposta de nova metodologia, em Consulta Pública e sua instauração pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

1.10. Retiro Velho Energia S.A. (“Retiro Velho”)

A PCH Retiro Velho está localizada no rio Parauluna, no Município de Comendador Levy Gasparian (RJ), com capacidade instalada de 25 MW e garantia física definida nos bônus dos geradores de 18,28 MMWh/mês. Iniciou sua operação comercial em 13 de fevereiro de 2009 e o término de sua autorização se dará em 4 de dezembro de 2042, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

A ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME nº 463/2009 e obtve decisão liminar restabelecendo o montante da garantia física original do empreendimento, operacionalizada por meio da Portaria SPE/MME nº 267/2015, que retornou de 17,37 para o seu valor original (18,28 MMWh/mês). Outrossim, nos termos da Portaria MME nº 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas centralizadamente. Desde então, aguarda-se a disponibilização da proposta de nova metodologia, em Consulta Pública e sua instauração pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

1.11. São Simão Energia S.A. (“São Simão”)

A PCH São Simão está localizada no rio Itapemirim, no Município de Alegre (ES), com capacidade instalada de 27 MW e garantia física definida nos bônus dos geradores de 15,20 MMWh/mês. Iniciou sua operação comercial em 17 de fevereiro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 16 de dezembro de 2042, nos termos da Resolução Autorizativa ANeel nº 14.896/2023.

1.12. São Pedro Energia S.A. (“São Pedro”)

A PCH São Pedro está localizada no rio Jucu Braço Norte, no Município de Domingos Martins (ES), com capacidade instalada de 30 MW e garantia física definida nos bônus dos geradores de 18,41 MMWh/mês. Iniciou sua operação comercial em 16 de junho de 2009 e o término de sua autorização se dará em 14 de junho de 2043, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.667/2025.

A ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME nº 463/2009 e obtve decisão liminar restabelecendo o montante original da garantia física do empreendimento, operacionalizada por meio da Portaria SPE/MME nº 267/2015, que retornou de 17,37 para o seu valor original (18,41 MMWh/mês). Outrossim, nos termos da Portaria MME nº 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física, tendo sido criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas centralizadamente. Desde então, aguarda-se a disponibilização da proposta de nova metodologia, em Consulta Pública e sua instauração pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

1.13. Retiro Velho Energia S.A. (“Retiro Velho”)

A PCH Retiro Velho está localizada no rio Parauluna, no Município de Apuré (GO), com capacidade instalada de 18 MW e garantia física definida nos bônus dos geradores de 13,15 MMWh/mês. Iniciou sua operação comercial em 16 de junho de 2009 e o término de sua autorização se dará em 30 de

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2024								
Sexo dos Colaboradores	Conselho de Administração				Diretoria			
	Quantidade	%	Remuneração Fixa (%)	Remuneração Variável (%)	Quantidade	%	Remuneração Fixa (%)	Remuneração Variável (%)
Mulheres	0	0%	0%	0%	0	0%	0%	0%
Homens	0	0%	0%	0%	2	100%	100%	0%
Total	0	0%	0%	0%	2	100%	100%	0%

Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2025.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Valores expressos em milhares de reais - R\$. exceto a não for por ação)					
RECEITAS LIQUIDAS DE VENDAS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
RECETA DAS VENDAS DE ENERGIA	21	-	-	728.479	697.658
Custos com depreciação e amortização	14,15e22	-	-	(40.300)	(39.958)
Prêmio de risco					
Preparação do risco hidrológico	-	-	-	(27.808)	(26.592)
Custos com pessoal e administrativos	-	-	-	(23.086)	(21.197)
Custos com manutenção	-	-	-	(16.894)	(13.991)
Encargos de uso dos sistemas elétricos de distribuição (EUSD)	-	-	-	(11.817)	(10.924)
Custos com seguros	-	-	-	(9.441)	(10.866)
Custos com operação	-	-	-	(2.382)	(3.376)
Taxas setoriais	-	-	-	(1.255)	(1.202)
Custos com meio ambiente	-	-	-	(877)	(868)
Outros custos	-	-	-	(732)	(364)
Total do custo das vendas de energia				(133.628)	(129.338)
Lucro Bruto				594.851	568.320
LUCROS RECEITAS (DESPESAS)					
Despesas com pessoal e administrativos	(82)	(17)	(127.703)	(12.565)	
Despesas administrativas e geradoras	(106)	(90)	(2.215)	(2.628)	
Depreciação e amortização	14,15e22	-	-	(1)	
Outras receitas (despesas) operacionais	-	-	(9)	(2.634)	(3.839)
Receta com indenizações recebidas	-	-	-	1.417	
	(188)	(116)	(16.135)	(19.033)	
Resultado de equivalência patrimonial	12	537.911	492.007	537.683	491.878
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS					
Despesas financeiras	23	(41)	(14)	(2.936)	(4.455)
Recargas financeiras	23	1	1	10.618	6.429
Outros resultados abrangentes	(40)	(13)	7.682	1.974	
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Corrente	-	-	-	(48.774)	(59.391)
Diferido	-	-	-	59	8
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
	24	-	-	(48.715)	(59.383)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ORDINÁRIO - BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO					
				537.683	491.878
ORDINÁRIO - BÁSICO				1,42	1,30
QUANTIDADE MÉDIA PONDERADA DE AÇÕES				377.645.430	377.645.430

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
537.683		491.878	537.683	491.878	
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a					
Outros resultados abrangentes					
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO					
		537.683	491.878	537.683	491.878

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

são transferidos e a Companhia e suas controladas tenham transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia deseja reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expirem, ou quando esses direitos são transferidos em transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, bem como não retém o controle sobre o ativo financeiro.

4.3.2. Passivos financeiros

São classificados no reconhecimento inicial ao: (i) custo amortizado; ou (ii) mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros classificados como mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros são reconhecidos inicialmente no reconhecimento dos recursos, líquidos dos custos das transações, quando aplicável, utilizando o método de juros efetivos. Na data do balanço, estão apresentados pelos seus reconhecimento iniciais, deduzidos das amortizações das parcelas de principal, quando aplicável, e acrescidos dos correspondentes encargos incorridos. A base de passivos financeiros é ajustada somente quando as obrigações são liquidadas, extintas e canceladas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro líquido e a soma da contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Os passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e designados como tais no reconhecimento inicial. Passivos financeiros a serem pagos por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

4.3.3. Compensação de ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros somente são compensados quando o Grupo possui o direito contratual e a intenção de liquidar os instrumentos financeiros em base líquida ou simultaneamente.

4.4. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos



PCHPAR - PCH PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 07.628.569/0001-45

6. RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA

O quadro a seguir traça os principais marcos relacionados às Autorizações emitidas pela ANEEL para cada uma das pequenas centrais hidrelétricas do Grupo Brasil PCH.

PCHs	Localização	Capacidade Instalada (MW)	Energia Asse- gurada (MWh)	Data da operação comercial	Início de operação	Término autorização
Bonfante	Rio Paranaíba, Simão Pereira, MG	19	13,48	28/08/2008	02/08/2008	06/03/2004
Calheiros	Rio Itapobaona, Bom Jesus, RJ	19,5	10,92	14/01/2000	12/09/2008	09/05/2004
Caparaó	Rio Preto, Dores do Rio Preto, ES	4,5	2,61	30/12/1999	30/12/2008	15/10/2004
Carangola	Rio Carangola, Carangola, MG	15	9,57	23/12/1999	25/06/2008	13/01/2004
Funil	Rio Guanhães, Dores de Guanhães, MG	22,5	14,54	23/12/1999	05/03/2008	23/06/2004
Irara	Rio Doce, Jataí, GO	30	18,21	25/09/2002	06/09/2008	08/04/2004
Jataí	Rio Claro, Jataí, GO	30	20,35	19/12/2002	30/07/2008	20/02/2004
Monte Serrat	Rio Paranaíba, Comendador Ruy Gasparian, RJ	25	18,28	28/08/2001	13/02/2009	04/12/2004
Santa Fé	Rio da Prata, Aporeó, GO	18	13,15	13/11/2002	16/06/2009	30/05/2004
São João	Rio Paranaíba, Três Rios, RJ	30	26,1	06/11/2002	09/05/2008	14/11/2004
Joãoim	Rio Benevente, Alfredo Chaves, ES	21	13,28	19/10/2000	17/04/2008	12/01/2004
São Pedro	Rio Jucu Branco Norte, São Pedro Domingos Martins, ES	30	18,41	19/11/2003	16/06/2009	14/06/2004
Serrata	Rio Taperaimim, Alegre, ES	27	15,2	23/03/2001	17/02/2009	16/12/2004

7. COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA - PROINFRA

Os quadros a seguir trazem os principais dados dos CCVEs firmados no âmbito do PROINFRA em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

PCH	Compradora	Valores				Índice de correção de mês	Mês corrente	Mês seguinte
		Valor original do contrato (milhões de reais - R\$)	Energia anual contratada - MWh	Preço médio de mercado - R\$/MWh	Preço atualizado - R\$/MWh			
Bonfante	ENBPar	281.272	115.893	121,35	472,01	441,04	jul-08	28
Carangola	ENBPar	202.548	83.456	121,35	472,01	441,04	08-28	IGP-M
Calheiros	ENBPar	228.228	94.037	121,35	472,01	441,04	set-08	IGP-M
Caparaó	ENBPar	54.054	22.272	121,35	472,01	441,04	jul-28	IGP-M
Funil	ENBPar	302.441	124.615	121,35	472,01	441,04	08-28	IGP-M
Irara	ENBPar	379.529	156.378	121,35	472,01	441,04	08-28	IGP-M
Jataí	ENBPar	423.293	174.410	121,35	472,01	441,04	jun-08	IGP-M
Monte Serrat	ENBPar	379.134	156.215	121,35	472,01	441,04	jun-09	IGP-M
Retro Velho	ENBPar	275.484	113.508	121,35	472,01	441,04	jun-09	IGP-M
Santa Fé	ENBPar	546.810	225.303	121,35	472,01	441,04	jun-08	IGP-M
Joãoim	ENBPar	280.619	115.624	121,35	472,01	441,04	08-28	IGP-M
São Pedro	ENBPar	387.888	159.822	121,35	472,01	441,04	jun-09	IGP-M
São Simão	ENBPar	319.677	131.717	121,35	472,01	441,04	jun-09	IGP-M

(*) A informação acerca da energia anual contratada das controladas da PCHPAR não foram examinadas pelos auditores independentes.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Aplicações em Certificados de Depósitos Bancários	Controladora			Consolidado		
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Bancos	-	-	20.541	-	-	5,785
Aplicações em Certificados de Depósitos Bancários	-	-	22.414	-	-	57,855
Total	-	-	42.955	-	-	57,859

As aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificado de Depósito Bancário - CDB, relacionadas pela Companhia junto ao Banco Itaú Unibanco ("Itaú"), apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são remuneradas por taxas de mercado que variam de 97,5% a 98,0% (97,0% a 100,0% em 31 de dezembro de 2024), do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

9. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Fundos de investimento em renda fixa	Controladora			Consolidado		
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Bancos	11	5	11,281	1,596	11	5
Aplicações em Certificados de Depósitos Bancários	11	5	11,281	1,596	11	5
Total	22	10	22,562	3,192	22	10

Referem-se às aplicações financeiras de liquidez imediata em fundos abertos de renda fixa, junto ao Itaú do Brasil. As aplicações financeiras são remuneradas por taxas de mercado que variam de 99,0% a 102,0% (96,0% a 104,0%, em 31 de dezembro de 2024) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES (CONSOLIDADO)

Referem-se ao valor da venda da energia gerada pelas SPES no âmbito do PROINFRA, no montante de R\$ 82,1 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 182.650 em 31 de dezembro de 2024), líquido dos respectivos valores retidos na fonte, conforme cronograma contratual que prevê o pagamento das faturas em 03 (três) parcelas iguais e consecutivas, nos dias 20 e 30 do mês subsequente à competência do faturamento, e a última, no dia 10 do segundo mês subsequente.

Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica apresentava o valor de R\$ 182.650, sendo R\$ 105,91 referente ao Desconto Mensal do Prêmio de Reputação do Risco Hidrológico ("PRRH"), e a administração da Companhia reverteu esse montante (vide nota explicativa nº 1.2).

Cumprir ressaltar que o Grupo não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, levando em consideração sua experiência histórica de realização de 100% das vendas de energia, e a natureza e das próprias características do PROINFRA, valendo destacar a neutralidade garantida à ENBPar, como administradora do programa.

11. DEPOSITOS JUDICIAIS - CONSOLIDADO

	Controladora			Consolidado		
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Tributários (a)	12,964	11,268	-	-	12,964	11,268
Desapropriações e serviços (b)	4,367	4,030	-	-	4,367	4,030
Trabalhistas (c)	-	-	-	-	-	169
Cíveis	32	33	-	-	32	33
Total	17,363	15,500	-	-	17,363	15,500

(a) Refere-se IR/CSLL sobre indenização de bens sinistrados das SPES São Joãoim Energia S.A. e Santa Fé Energética S.A. (consolidado).

(b) Algumas controladas indiretas da Companhia são autoras de processos judiciais, nos quais reivindicam a propriedade de terrenos por desapropriação ou restrição do seu uso por servidão administrativa, conforme o caso. Estes terrenos estão sendo utilizados nas instalações das PCHs e das linhas de transmissão de interesse regional. Durante o exercício de 2024, o Grupo realizou o montante de R\$ 9,5 em contrapartida da rubrica "Provisão para Compromissos Futuros", em função dos depósitos já terem sido levantados pelos detentores dos direitos de propriedade ou de servidão de passagem.

(c) Algumas controladas diretas da Companhia são responsáveis e corresponsáveis (solidária ou subsidiariamente) em processos judiciais, nos quais estão em discussão o pagamento de verbas trabalhistas pela Companhia e/ou pelas SPES e por empresas terceiras, conforme o caso.

12. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

Conforme nota explicativa nº 1, a Companhia detém o controle individual com 100% de nas 13 PCHs. Movimento dos saldos

	2025		2024	
	2025	2024	2025	2024
No início do exercício	891.488	903.511	891.488	903.511
Dividendos adicionais aprovados	(239.517)	(251.847)	(239.517)	(251.847)
Dividendos mínimos obrigatórios e dividendos intermediários do exercício corrente	(265.858)	(252.183)	(265.858)	(252.183)
Equivalência patrimonial	537.911	492.007	537.911	492.007
Em fim do exercício	924.024	893.488	924.024	893.488

(a) Informações das controladas diretas

Os principais saldos patrimoniais das controladas diretas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são apresentados como segue:

	2025		2024	
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes
Bonfante	6.568	65.614	8.692	1.307
Calheiros	9.428	52.637	3.583	993
Caparaó	2.149	17.682	350	26
Carangola	5.774	37.360	4.100	839
Funil	8.381	54.598	1.970	2.510
Irara	10.717	82.427	4.183	3.210
Jataí	12.063	82.704	11.746	118
Monte Serrat	10.729	93.264	4.043	1.458
Retro Velho	10.488	81.104	2.524	1.607
Santa Fé	37.718	138.131	59.222	19.527
São Joãoim	7.938	52.637	6.045	3.584
São Pedro	17.539	90.757	2.532	799
São Simão	9.066	79.225	10.462	1.041
Total	147.096	933.995	119.812	37.257

	2024		2024	
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes
Bonfante	14.889	69.046	20.939	1.974
Calheiros	12.110	54.621	11.744	1.400
Caparaó	2.945	18.468	1.989	459
Carangola	9.474	6.609	12.691	36.246
Funil	15.732	56.178	12.234	3.207
Irara	19.957	86.446	18.017	4.221
Jataí	37.836	85.226	50.756	1.223
Monte Serrat	20.043	95.891	16.419	2.521
Retro Velho	14.591	85.009	11.081	2.457
Santa Fé	49.886	144.110	77.898	22.014
São Joãoim	15.074	60.418	17.164	3.425
São Pedro	21.927	93.936	12.397	995
São Simão	16.911	78.564	15.803	3.050
Total	252.627	964.599	279.130	46.595

Os principais saldos de resultado das controladas diretas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são apresentados como segue:

	2025		2024	
	Receita líquida	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro antes dos impostos	Lucro líquido
Bonfante	48.794	39.006	37.370	35.810
Calheiros	39.757	31.006	29.676	28.421
Caparaó	9.428	6.609	12.691	6.426
Carangola	35.367	28.435	26.747	25.424
Funil	52.096	43.524	42.499	40.982
Irara	66.005	54.811	54.222	54.820
Jataí	69.118	55.468	53.534	53.864
Monte Serrat	66.243	53.531	53.240	53.559
Retro Velho	47.766	36.758	36.233	34.664
Santa Fé	90.118	75.833	70.609	71.140
São Joãoim	49.336	41.008	39.913	39.901
São Pedro	67.895	56.937	55.010	55.247
São Simão	55.227	45.393	43.953	42.185
Total	697.658	568.315	549.401	551.391

(b) Dividendos a receber

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldos em 31 de dezembro de 2023	115.852	115.852	115.852	115.852
Dividendos aprovados	50.940	40.292	50.940	40.292
Dividendos recebidos	(511.955)	(511.955)	(511.955)	(511.955)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	107.927	107.927	107.927	107.927
Saldos em 31 de dezembro de 2024	505.375	505.375	505.375	505.375
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(546.389)	(546.389)	(546.389)	(546.389)
Total	697.658	568.315	549.401	551.391

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou os principais saldos e transações com partes relacionadas, e seus efeitos são assim demonstrados:

	Controladora	
	2025	2024
Ativo circulante - dividendos a receber	6.860	11.468
Bonfante	1.077	4.120
Calheiros	-	159
Caparaó	2.354	6.001
Carangola	43	2.409
Funil	1.772	5.518
Irara	7.361	11.982
Monte Serrat	2.772	4.517
Retro Velho	-	1.200
Santa Fé	32.139	38.523
São Joãoim	4.818	8.723
São Pedro	-	-
São Simão	7.718	5.407
Total	66.914	107.927
Passivo Circulante - dividendos a pagar	130.971	171.609
Brasil PCH S.A.	-	-

As práticas e condições das transações com partes relacionadas acima se deram em condições acordadas com as partes.

Remuneração do Pessoal Chefe
Em 31 de dezembro de 2025, registrou-se o pagamento, a título de remuneração das pessoas-chave, do montante de R\$ 1.704 (R\$ 1.704 em 31 de dezembro de 2024) pela Companhia e por suas controladas diretas e indiretas. Ressalta-se que não há outros benefícios de curto prazo, pós-emprego ou benefícios de longo prazo.

14. IMOBILIZAÇÃO - CONSOLIDADO

	Taxa de Depreciação		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Terenos	1,90%	35,076	37,756	37,756
Turbina hidrelétrica	2,50%	111.460	113.717	113.717
Conduto forçado	3,13%	24.378	25.863	25.863
Comporta	3,33%	54.336	57.542	57.542
Subestação unitária	3,57%	28.928	31.564	31.564
Estrutura de tensão	3,57%	14.526	15.575	15.575
Casa de força produção hidrelétrica	2,00%	300.819	308.727	308.727
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	250.753	253.627	253.627
Sistema de monitoramento usina	3,33%	9.360	9.360	9.360
Outras máquinas e equipamentos</				